



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Profissionais de saúde não pertencentes às 15 categorias sujeitas a inscrição e ao planeamento de saúde

Para satisfazer as necessidades de saúde de Macau, nos últimos anos, o Governo da RAEM empenhou-se na garantia e na melhoria dos serviços de saúde, tendo, sucessivamente, criado o Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica e introduzido o Sistema de preparação inteligente de grânulos dos medicamentos tradicionais chineses. Aliás, através dos exames de estágio dos profissionais de saúde, reforça-se ainda mais o regime de formação de médicos especialistas e enfermeiros, com vista a fornecer uma base sólida para o desenvolvimento a longo prazo do sistema de saúde de Macau. A sociedade está satisfeita com o seu sucesso.

De facto, face ao agravamento do envelhecimento da população e à generalização das doenças crónicas, é cada vez maior a procura de serviços médicos especializados. De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), em dois anos consecutivos, os utentes do Serviço de medicina física e reabilitação das consultas externas representaram mais de 13 por cento do total dos utentes, o que demonstra que os cidadãos de Macau têm uma certa necessidade dos respectivos serviços. Desde a entrada em vigor do Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde, em Outubro de 2021, clarificou-se a acreditação para o exercício da profissão de 15 categorias de profissionais de saúde, incluindo os fisioterapeutas, para o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

desenvolvimento do curso de desenvolvimento profissional contínuo, e o conteúdo e a forma do exame de acreditação, etc., elevando, assim, o nível dos serviços médicos de Macau. No entanto, a fisioterapia é amplamente utilizada e inclui também, na realidade, os podólogos, os técnicos desportivos e os terapeutas de reabilitação, entre outros. Esta consegue melhorar, de forma mais precisa, as funções físicas dos doentes e desempenha um papel importante na reabilitação física.

Além disso, com o rápido desenvolvimento das necessidades médicas, muitas terapias especializadas desenvolvidas com base em estudos clínicos também são aplicadas na área da medicina. Por exemplo, o Hospital Kiang Wu criou, em 2014, o primeiro serviço de musicoterapia no sistema de saúde de Macau, destinado ao tratamento de doenças mentais e ao tratamento complementar de doenças fisiológicas, proporcionando aos cidadãos uma alternativa de tratamento “fora de injeção e de medicamentos”. No entanto, devido ao baixo grau de risco dos tratamentos não medicamentosos acima referidos, o Governo não os inclui no Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde, e apenas realiza inspecções para o seu acompanhamento, e combate, em conjunto com a Polícia Judiciária, nas suas actividades, o que resulta na existência de “zonas cinzentas” nessas profissões que não são de natureza médica. Assim sendo, é difícil salvaguardar a segurança da saúde dos cidadãos. Para o efeito, Macau deve reforçar o profissionalismo e o reconhecimento do pessoal das diversas áreas da saúde, para, por um lado, desenvolver serviços médicos diversificados e projectos de enfermagem, promover o progresso do sector da saúde e satisfazer e garantir as necessidades dos cidadãos e, por outro, reforçar a rede de apoio entre os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

hospitais e as clínicas, com vista a haver uma coordenação entre os cuidados de saúde e os cuidados sociais.

Numa perspectiva de longo prazo, deve-se acelerar a fiscalização dos diferentes sectores da saúde. Com o funcionamento do Departamento de Desenvolvimento dos Serviços de Medicina Tradicional Chinesa dos Serviços de Saúde e a diversificação dos cuidados de saúde comunitários, os pacientes vão ter serviços especializados diferentes, quer nos serviços de urgência, quer no tratamento especializado e no tratamento comunitário. O Governo afirmou que ia estudar o alargamento do âmbito e das modalidades dos serviços prestados pelas instituições médicas privadas, com vista a explorar o mercado dos cuidados de saúde de Macau. Assim sendo, o Governo da RAEM deve definir, quanto antes, o posicionamento e o rumo de desenvolvimento das diversas instituições médicas de Macau, reforçando o efeito de multiplicação em diferentes áreas de saúde, com vista a enriquecer e a utilizar melhor os recursos médicos, e a promover o desenvolvimento estável e saudável dos serviços de saúde.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O desenvolvimento da saúde é inseparável da construção de infra-estruturas, de regulamentação do sector e da formação de talentos. No ano passado, o Governo realizou uma sessão de esclarecimento *online* relativa ao inquérito sobre a situação do pessoal técnico de saúde de Macau, com vista a inteirar-se sobre a situação da distribuição e do desenvolvimento profissional dos profissionais de saúde, que não são das 15 categorias abrangidas pela Lei n.º 18/2020 (Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais), (incluindo fonoaudiólogo,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

musicoterapeuta, podólogo, técnicos desportivos, técnico de diagnóstico e terapêutica (ortóptico), técnico de diagnóstico e terapêutica (registógrafo) e terapeuta de reabilitação, etc.). Face a isto, o Governo dispõe de informações sobre o número dos profissionais de saúde que não são das 15 categorias sujeitas a inscrição, bem como a sua procura na sociedade? Como é que vai reforçar a formação destes profissionais, para haver uma articulação com o actual sistema de saúde?

2. Para haver articulação com o desenvolvimento global do sistema de saúde de Macau e com a distribuição racional dos recursos médicos, o Governo afirmou que estava a elaborar um programa de serviços clínicos públicos. Quando é que vai ser lançado este “Programa de serviços clínicos públicos”?

20 de Janeiro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon